


	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
				RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA				
()PMTM (X) SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO				

- 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO** (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)
- 1.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 1.1 – O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E QUANTITATIVOS:

Item	Descrição	Unidade de medida	Total
01	<p>Cesta básica contendo 17 (dezessete) itens, conforme abaixo relacionados:</p> <p>1) 01 lata de 400 gramas de Achocolatado em pó. Informações Nutricionais: Porção 20g (2 colheres de sopa) - Valor Energético: 74kcal=311kJ; Carboidratos: 17g; Proteínas: 0,7; Gorduras totais: 0g; Gorduras saturadas: 0g; Gordura trans: não contém; Fibra alimentar: 1,2g; Sódio: 29mg; Cálcio: 150mg; Ferro: 2,1mg; Magnésio: 33mg; Vitamina B1: 0,36mg; Vitamina B2: 0,39mg; Vitamina PP (Niacina): 4,8mg; Vitamina B6: 0,39mg; Vitamina B12: 0,72mg; Ácido Pantotênico: 1,5mg; Biotina: 9,0ug. Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2.000 calorias ou 8400kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.</p> <p>Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificantes lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizante. Contém Glúten e contém traços de leite..</p> <p>2) 01 Pacote com 05 kg de Açúcar cristal, branco. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor. Embalagem: em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.</p> <p>3) 01 Pacote com 5 kg Arroz agulhinha, polido, tipo 01, grão longo e fino. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, peso insatisfatório, Embalagem plástica leitosa ou transparente, atóxica, deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.</p> <p>4) 02 Pacotes com 400 gramas cada de Biscoito doce tipo maisena, de 1ª qualidade. Embalagem plástica com dupla proteção. (0% gordura trans).Prazo de validade: mínimo de 7 meses a contar da data de entrega.</p> <p>5) 02 Pacotes com 400 gramas cada de Biscoito salgado tipo Cream Cracker, de 1ª qualidade. Embalagem plástica com dupla proteção. (0% gordura trans). Prazo de validade: mínimo de 7 meses a contar da data de entrega.</p> <p>6) 02 Pacotes metalizados de 500 gramas cada de Café torrado e moído, 1ª qualidade, com selo de pureza Abic, embalado a vácuo.. Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. . Prazo de validade: mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.</p> <p>7) 01 Pacote de 1 kg de Canjiquinha de milho, fina 1ª qualidade. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, peso insatisfatório, Embalagem plástica leitosa ou transparente, atóxica, deve estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 7 meses a contar da data de entrega.</p> <p>8) 02 Sachês com 340 gramas cada de Extrato de tomate concentrado e 100% natural feito apenas com tomate, açúcar e sal, 0% de gorduras, não contém glúten, sem conservantes.</p> <p>9) 01 Pacote com 01 kg de Farinha fina de mandioca torrada; tipo 1. Embalagem plástica, íntegra. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a contar da data de entrega.</p>	Unidade	3.600



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

<p>10) 01 Pacote com 01 kg de Farinha de Trigo sem fermento. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9), vitaminas: A, B1, B2, B6, PP e zinco.</p> <p>11) 01 Pacote com 01 kg de Feijão Preto tipo 1. Novo, de 1ª qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem presença de grãos mofados e/ou carunchados, sem pedras ou substâncias estranhas ao conteúdo original. Embalagem: plástica, resistente, transparente. Prazo de validade: mínimo de 07 meses a contar a partir da data de entrega. Com registro no Ministério da Agricultura.</p> <p>12) 01 Pacote com 01 kg de Fubá fino de milho, de 1ª qualidade. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Prazo de validade: mínimo 8 meses a contar da data de entrega.</p> <p>13) 02 embalagens de 400 gramas cada de Leite Em Pó Integral Instantâneo. É livre de lactose: não. É livre de glúten: sim Conservação do produto: Temperatura ambiente. É livre de conservantes: Sim Vaidade: 01 ano.</p> <p>14) 02 pacotes de 500 gramas cada de Macarrão espaguete. Massa de sêmola de trigo ovos, enriquecida com ferro e acido fólico c/ corante natural de urucum e cúrcuma. 0% gordura total, contendo no mínimo 12g de proteína para 100g de macarrão. Prazo de validade: mínimo de 12 meses a contar da data de entrega.</p> <p>15) 02 garrafas de 900 ml cada de Óleo de soja. 100% natural. Isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.</p> <p>16) 01 Pacote com 01 kg de Sal refinado, extra-iodado tradicional. 95% de cloreto de sódio e sais de iodo; Pacotes com 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.</p> <p>17) 02 latas de 150 gramas cada de Sardinha com óleo em embalagem econômica. Ingredientes: Sardinhas, líquido de constituição (ao próprio suco), óleo comestível (soja geneticamente modificada a partir de agrobacterium sp.), água e sal.</p>		
---	--	--

ENQUADRAMENTO DOS BENS

2.1.1. Material (ou bem) de consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada há dois anos.

Os objetos desta contratação, com base nas definições do item 1.1, são todos bens de consumo à luz do Decreto Federal nº 10.818, 27 de setembro de 2021, art. 2º, III, e do Decreto Municipal nº 087/2023. Portanto, não há bens de luxo (inciso I, do mesmo dispositivo) no rol a ser adquirido.

2.1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



2.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e do Decreto Municipal nº 087/2023.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

3.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

3.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
				RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA				
<input type="checkbox"/> PMTM <input checked="" type="checkbox"/> SOCIAL <input type="checkbox"/> SAÚDE <input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO				

3.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Interesse público:

A entrega de cestas básicas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) geralmente está relacionada à assistência social e à garantia de direitos básicos para pessoas em situação de vulnerabilidade. A ação é de interesse público porque visa garantir a segurança alimentar de famílias em dificuldades econômicas, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para o fortalecimento da rede de proteção social.

Por ser um programa público, a entrega de cestas básicas pelo CRAS é regida por critérios específicos, visando beneficiar as pessoas que realmente necessitam. A atuação do CRAS também tem impacto direto na redução das desigualdades sociais, sendo fundamental no fortalecimento da rede de apoio social do Brasil.

A Cesta Básica é um benefício eventual. Os benefícios eventuais estão previstos no art. 22 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Eles são benefícios da Política de Assistência Social de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.



Esses benefícios eventuais integram as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que busca assegurar que os direitos das populações em situação de vulnerabilidade sejam respeitados e garantidos por meio de ações sociais concretas e os seus beneficiários também são potenciais usuários dos serviços sócio assistenciais do município. Envolve acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos. Caracterizam-se pelo advento de riscos, perdas e danos a integridade pessoal e familiar e pode decorrer inclusive de falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação.

A justificativa e o objetivo de entrega de cestas básicas por meio do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) estão relacionados ao fortalecimento da proteção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, econômica e alimentar proporcionando-lhes recursos para garantir a segurança alimentar e nutricional, prevenir a fome e a miséria, oferecendo suporte imediato para aqueles que enfrentam dificuldades econômicas e não conseguem atender a suas necessidades básicas. Além disso, a entrega dessas cestas visa fortalecer a rede de proteção social com ações que contribuem para a promoção de direitos e a melhoria das condições de vida, contribuir para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, ao permitir que as famílias tenham condições mínimas de alimentação enquanto recebem orientações sobre os outros direitos disponíveis.

A distribuição de cestas básicas pelo CRAS visa apoiar famílias em situações de carência alimentar e necessidades básicas, principalmente em períodos de crise econômica ou quando surgem dificuldades imprevistas. O objetivo é garantir que essas famílias tenham acesso à alimentação básica enquanto buscam outras formas de superar a situação de vulnerabilidade, seja por meio de programas de emprego, capacitação ou outras políticas públicas. Além disso, a distribuição visa atenuar os efeitos da fome e a insegurança alimentar, que são fatores críticos para a saúde e o bem-estar dessas pessoas.

4.2. A metodologia utilizada refere-se ao levantamento realizado pela Secretaria de Assistência Social, que, por meio de sua base de dados, estipulou as quantidades mencionadas para esta aquisição, utilizando a memória de cálculo dos anos de 2023 e 2024 e com previsão de aumento de 33,4 %, o que totalizará 3.600 cestas básicas. Importante ressaltar que as quantidades acima informadas estão sendo calculadas de modo de previsibilidade, da maneira pela qual nos garante que teremos total cobertura das necessidades.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO:
				FOLHA:
				RÚBRICA:
TERMO DE REFERÊNCIA				
() PMTM (X) SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO				

4.3. **Justificativa do Quantitativo solicitado:** A metodologia utilizada refere-se ao levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social que, por meio de sua base de dados, estipulou as quantidades mencionadas para esta aquisição, utilizando a memória de cálculo dos usuários atendidos em 2023 e 2024, com previsibilidade de aumento em 33,4%.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

5.1. Estudo Técnico Preliminar nº 62/2025 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

5.2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, com base nas informações do DFP (Documento de Formalização de Demanda), que embasou as bases para a elaboração deste Termo de Referência.

5.2.2. A presente contratação tem como base a continuidade do atendimento aos usuários cadastrados nos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.2.3. Garantia de uma alimentação adequada: A Cesta Básica é uma forma de assegurar que os beneficiários dos Programas Sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, tenham acesso a uma alimentação balanceada e nutritiva. Isso é fundamental para que eles possam manter níveis adequados de energia e concentração durante o período de carência financeira, o que reflete diretamente no seu estudo de saúde.

Por fim, o SRP mostra-se útil para a administração, pois, além de procurar atingir preços mais vantajosos ao longo da vigência da Ata de Registros de Preços, permite a aquisição segundo a necessidade da Secretaria, conforme art. 3º do Decreto Federal 11462/23. Logo, justifica-se o uso do SRP – Sistema de Registro de Preços considerando a flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das demandas previamente levantadas/identificadas e eventuais demandas extras além da conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

6.1. A entrega de cestas básicas é uma solução integral que abrange desde a identificação das famílias em necessidade até o acompanhamento pós-distribuição, garantindo que as famílias recebam suporte não apenas para sua sobrevivência imediata, mas também para que possam melhorar suas condições de vida a longo prazo. Por meio de um esforço colaborativo e contínuo, essa ação contribui para a redução das desigualdades sociais, fortalece a segurança alimentar e proporciona dignidade às populações em situação de vulnerabilidade.

A iniciativa tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional da população em risco, promovendo o acesso a alimentos essenciais que contribuam para o sustento digno e a proteção social de indivíduos e famílias em condições de pobreza, extrema pobreza ou em situação emergencial.



A entrega das cestas básicas será organizada de forma a atender às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e aos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assegurando a equidade, a transparência e a efetividade na distribuição dos recursos. As cestas deverão conter itens padronizados conforme especificações técnicas predefinidas, observando os critérios nutricionais mínimos recomendados por órgãos competentes.

A logística de entrega poderá ser centralizada ou descentralizada, conforme necessidade da gestão municipal ou estadual, priorizando a agilidade e a integridade dos produtos entregues.

Dessa forma, a solução busca assegurar que as famílias em situação de maior vulnerabilidade tenham acesso contínuo e digno a alimentos básicos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da rede de proteção social no território atendido.

6.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos materiais fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

6.3. As despesas de fornecimento aqui citadas deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

6.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

6.2. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): não serão exigidos;

6.3. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será aplicado.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

7.1. Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

7.1.1. A sustentabilidade na aquisição de cestas básicas apresenta aspectos subjetivos, pois não há uma regra rígida quanto à obrigatoriedade de utilização de produtos com matéria-prima de baixo impacto ambiental. Nesse contexto, a adoção de práticas sustentáveis depende, em grande parte, do compromisso da empresa contratada com a responsabilidade socioambiental. Espera-se que a fornecedora adote boas práticas, priorizando produtos que minimizem danos ao meio ambiente, bem como transporte eficiente e embalagens recicláveis ou biodegradáveis. Embora não haja imposição legal específica, tais medidas contribuem para reduzir a pegada ambiental da contratação. Assim, a sustentabilidade se manifesta como diretriz desejável, ainda que não obrigatória.

7.2. Indicação de marcas ou modelos: Não será exigido.

7.3. Da vedação de contratação de marca ou produto: Não será exigido.

7.4. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

7.7. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.

8. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

(art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021);

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela empresa contratada. Sempre que for emitida uma nova guia de entrega, será observado o mesmo prazo estipulado.

8.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, de Segunda à sexta-feira, conforme planilha, horários e dias posteriormente comunicados.

8.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.



8.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

8.7 A entrega da mercadoria deverá ser feita na Secretaria Municipal de Assistência Social na sede do município de Trajano de Moraes, Rua Dr José de Moraes - Centro – Trajano de Moraes – RJ, Cep: 28750-000. O fornecimento será em horário comercial em dias úteis.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. Em razão da previsão de fornecimento de entrega imediata, não se recomenda a adoção da exigência de garantia financeira para a futura contratação, visto, ainda, que em tese, os riscos que possam advir da sua execução não apontam proporcionalmente para potenciais prejuízos financeiros.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

10.3. Garantir que a aquisição de gêneros alimentícios solicitados produza os resultados desejados, é essencial considerar um processo abrangente que cubra todo o ciclo de vida da aquisição.

Ao seguir esse ciclo de vida completo para a aquisição, a administração pública pode garantir que a contratação atenda efetivamente às necessidades assistenciais e cumpra os planos traçados, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todo o processo.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuros responsáveis pela fiscalização (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e pela gestão do contrato os seguintes servidores (se for o caso):

- **Fiscal do futuro contrato:** Vanda Schuchmann / matrícula: 3947
- **Gestor do futuro contrato:** Vanda Schuchmann / matrícula: 3947



12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

12.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados ao Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ nº 14.661.702/0001-20, endereço Avenida Rua Dr José de Moraes - Centro – Trajano de Moraes – RJ, Cep: 28750-000. O fornecimento será em horário comercial em dias úteis.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

13.1. A aquisição do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

(X) sim ou () não

13.1.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor valor por unidade, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço unitário fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.

13.1.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

13.1.3 A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4 A Secretaria Municipal de Assistência Social durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.1.4 Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A opção por entrega fracionada justifica-se pela necessidade de adequar o fornecimento à real demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

a. Economicidade e Eficiência: A entrega fracionada dos gêneros permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em estoques desnecessários.

b. Ajuste à Demanda Variável: A demanda da entrega de cestas básicas pode variar ao longo do período de fornecimento, seja em função de variações no número beneficiários. A possibilidade de ajuste no fornecimento de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

c. Melhoria na Gestão de Recursos: A fragmentação das entregas contribui para uma melhor gestão dos recursos, tanto humanos quanto materiais, uma vez que possibilita um planejamento mais detalhado e o acompanhamento constante das necessidades e dos estoques. Além disso, evita a obsolescência e o desgaste prematuro de produtos, que poderiam ocorrer caso fossem adquiridos em grandes quantidades sem a devida necessidade.



d. Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação das entregas, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de aquisição, com entrega fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo a prestação de serviços de qualidade, com responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.



NÚCLEO DE PREPARAÇÃO

Praça Waldemar Magalhães, s/nº - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

13.1.5 O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

14.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14.2. Forma de fornecimento:

O fornecimento do objeto será integral e continuado, com entregas mensais, de acordo com a demanda periódica.

14.3. Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Da Habilitação Jurídica

14.4. No caso de Empresa Individual:

a) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.5. No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

a) Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;

14.6. No caso de sociedade civil.

a) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

14.6. No caso de empresa estrangeira.

a) Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

14.7. No caso de cooperativa:

a) Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;



b) Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);

c) Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;

14.8. No caso de microempreendedor individual:

a) Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

14.8 No caso de consórcio de empresas:

- a). A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b). Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- c). A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;
- d). A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;
- e). A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.
- f) a empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

14.1.1 Em todos os casos:

- a) Declaração Conjunta

Da comprovação da qualificação técnica

14.1.2 No mínimo 01 (um), atestados de capacidade técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais e/ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação dos serviços.

14.1.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

14.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

14.1.5 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §§2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.



14.1.6 Os proponentes deverão apresentar cópia do **Alvará de Vigilância Sanitária** atualizado, que constitui requisito mínimo para assegurar a qualidade higiênico-sanitária na fabricação, produção, **distribuição, armazenamento e comercialização** de gêneros alimentícios.

Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

14.1.7 a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

14.1.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

14.1.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.2.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;

14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.2.5. Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

14.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Da Habilitação Econômico-Financeira

14.2.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

14.2.8. A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.

14.2.9. No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

14.3.1. Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

14.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou, por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

14.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

14.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

15.1. Consórcios

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
- b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes por todos os atos praticados pelo consórcio;
- c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

15.2. Cooperativas

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.178.100,00 (Hum milhão, cento e setenta e oito mil e cem reais)**

Observação:

Os 17 (dezessete) itens foram calculados individualmente, conforme anexo I deste Termo de Referência. Sendo assim, o valor estimativo de cada cesta básica a serem utilizadas por um período de 12 (doze) meses será de R\$ 327,25 (trezentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos). A solicitação refere-se a 3.600 cestas básicas, totalizando o valor estimado em R\$ 1.178.100,00 (Hum milhão, cento e setenta e oito mil e cem reais)

17.2 A estimativa tratada e fixada pelo Núcleo de Compras acompanhadas dos preços unitários referenciais estão no anexo I deste Termo de Referência.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)



18.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19010824400402073	33903200	17040000	08

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Conforme explanado constata-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de Trajano de Moraes/RJ, é a realização de certame licitatório, visando o atendimento das necessidades da Secretaria, minimizando os efeitos de uma escassez dos materiais no estoque.



	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>		PROCESSO:
			FOLHA:
			RÚBRICA:
<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			
<p align="center">()PMTM (X)SOCIAL ()SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>			

20. ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1 ANEXO I – PLANILHA COM PREÇO ESTIMADO DE CADA ITEM QUE COMPÕE A CESTA BÁSICA
ANEXO II – PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

<p>Trajano de Moraes, 12 de maio de 2025.</p> <p>Marcelo Dias Pinheiro Mat: 4428</p> <p>Renato Martins Bueno Mat: 4412</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Rogéria Rosa da Silva Matrícula: 13702</p> <p>Giovanna Lima Secretária Municipal de Assistência Social</p>
--	--

